TRIBUNAL DE CONTAS MINAS GERAIS fl. ____

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL N. 987068

Procedência: Prefeitura Municipal de Capitão Andrade

Exercício: 2015

Responsável: José de Oliveira Filho

Procurador(es): Luís André de Araújo Vasconcelos - OAB/MG 118484, Leonardo Spencer Oliveira Freitas - OAB/MG 97653, Stéfane Maria Alves Rabelo - OAB/MG 145270, Evandro D'Agostini Boari - OAB/MG 117339

MPTC: Elke Andrade Soares de Moura

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXECUTIVO MUNICIPAL. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, CONTÁBIL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Emite-se parecer prévio pela aprovação das contas do gestor, com fundamento no art. 240, inciso I, do Regimento Interno, por aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. Tais princípios permitem à Administração Pública ponderar a aplicação da norma jurídica no caso concreto e, por conseguinte, avaliar qual será a medida que irá atender, da melhor forma, o interesse público.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

12ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara – 15/05/2018

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

I – RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Capitão Andrade, exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. José de Oliveira Filho, Prefeito à época, os quais submeto a apreciação consoante competência outorgada a este Tribunal pelo art. 3º, II, da Lei Complementar Estadual n. 102/08, a Lei Orgânica desta Casa.

A unidade técnica, no relatório de fl. 02 a 11v, apontou a aplicação de 23,87% da receita de impostos e transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, contrariando o art. 212 da Constituição da República que exige a aplicação de pelo menos 25% e a abertura de créditos suplementares/especiais no valor de R$635.000,00, sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do art. 8º da Lei complementar 101/2000.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 1855871

Isto posto, o Conselheiro Relator dos autos determinou a abertura de vista, tendo o interessado se manifestado às fls. 17 a 28.

Após, a unidade técnica procedeu ao reexame da defesa acostada aos autos, fls. 31 a 47, concluindo pela rejeição das contas do Executivo Municipal de Capitão Andrade, exercício 2015, nos termos do art. 45, III da Lei Complementar nº 102/2008.

Aberta vista ao Ministério Público junto ao Tribunal, fl. 48 a 51v, este opinou pela rejeição das contas do Município de Capitão Andrade, com arrimo no art. 45, III, da Lei Complementar nº 102/2008, sem prejuízo das recomendações sugeridas.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Abertura de créditos suplementares sem recursos disponíveis

A unidade técnica apurou irregularidades referentes à abertura de créditos adicionais no valor de R$635.000,00, sem recursos disponíveis, fls. 03 a 04v e 11v, descumprindo ao art. 43 da Lei 4.320/64.

Na defesa encaminhada pelo procurador do responsável, fls. 17 a 21, itens I e II, foi apontado a realização de ajustes onde foi alterado a fonte utilizada de Superávit Financeiro para Anulação de dotações.

Ressalte-se que foi enviado documento constante às fls. 23 a 26, com objetivo de elucidar as justificativas apresentadas, como também remessas de dados elaboradas por meio do SICOM (AM), em 15/02/2017, cujos dados foram consolidados na PCA Análise em 24/02/2017.

Em sede de reexame, a irregularidade foi sanada, conforme fl. 34, sendo este o meu entendimento.

2.2. Não cumprimento do percentual mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

No apontamento inicial a unidade técnica verificou que o defendente não aplicou o percentual mínimo de 25% exigido pelo art. 212 da CR/88 da Receita Base de Cálculo, aplicando somente o percentual de 23,87%.

Na defesa trazida aos autos, fls. 17 a 21, o defendente alegou que não prospera o entendimento técnico inicial, uma vez que não foi considerado os gastos inseridos na planilha denominado “restos a pagar no exercício b” correspondente ao montante de R$143.477,64, os quais somente foram liquidados no mês de janeiro de 2016. Assevera que o referido valor deve ser computado como gastos dispendidos no âmbito da educação, inclusive por se referir a várias atividades e gastos relacionados ao segmento, como transporte escolar e ensino básico.

Cita a Consulta 932.736, sob o argumento de que devem ser incorporados aos gastos com ações e serviços públicos de saúde, os restos a pagar de exercícios anteriores.

Ao final, solicitou a inclusão dos restos a pagar no cômputo do valor aplicado para o exercício de 2015, passando-o para R$2.479.477,90, representando 25,4% da receita, o que atende a lei.

A unidade técnica, seguindo orientação contida na Instrução Normativa 05/2012, vigente à época, entendeu que para serem considerados aqueles restos a pagar no exercício de 2015, fundamental seria a existência de disponibilidades financeiras em 31/12/2015. Assim dispõe o a citada instrução:

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 1855871

TRIBUNAL DE CONTAS MINAS GERAIS fl. ____

> Art. 5º:
>
> (...)
>
> §4º - Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, serão consideradas:
>
> I - as despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício; e
>
> II - as despesas empenhadas, liquidadas ou não, inscritas em restos a pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício.

Mesmo a Consulta 932.736 trazida pela defesa, aduz que somente serão aceitos no cálculo da MDE, os restos a pagar com disponibilidade de caixa ao final do exercício:

> "Feitas essas considerações, concluo que deverão ser aceitas no cômputo do percentual mínimo de gastos com as Ações e Serviços Públicos de Saúde as seguintes despesas:
>
> 1) despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício;
>
> **2) despesas empenhadas, liquidadas ou não, e inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades financeiras ao final do exercício**;
>
> 3) Restos a Pagar Processados pagos no exercício, cujo valor das respectivas despesas não compuseram o percentual de gastos em ASPS, no exercício em que foram empenhadas e liquidadas, por falta de disponibilidade financeira, e;
>
> 4) Restos a Pagar Não Processados liquidados e pagos no exercício, cujo valor das respectivas despesas não compuseram o percentual de gastos em ASPS, no exercício em que foram empenhadas, por falta de disponibilidade financeira." (grifei)

Em sede de reexame, a unidade técnica esclareceu que, em vista da consulta citada, o montante de R$143.477,64, relativo a Restos a Pagar de 2015, pagos em 2016, deveria compor as despesas com o Ensino no exercício de 2016, se fosse o caso.

Nesta esteira, constatou-se através da "Movimentação dos Restos a Pagar dos Exercícios Anteriores", constante no SICOM 2015, baixas por pagamento de despesas no total de R$87.221,59, inscritas em Restos a Pagar de 2014, relativas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (fonte 101), não computadas como aplicação em 2014 por insuficiência de saldo financeiro ao final do exercício.

Assim, a unidade técnica explicou que considerando a Consulta 932736 deste Tribunal e os §§1º e 2º da OS n.01/2017 da Presidência, por analogia, o total de R$87.221,59 deveria ser considerado como aplicação no exercício de 2015.

Dessa forma, ao somar o valor de R$87.221,59 aos gastos com ensino em 2015 (inicialmente R$2.336.000,26, fls. 07), altera-se o valor aplicado para R$2.423.221,85, ou seja, 24,76% da Receita Base de Cálculo, ainda abaixo do mínimo exigido.

Foram também objeto de análise, os quais se mostraram regulares, os seguintes itens:

Repasse à Câmara Municipal: o município repassou o correspondente a **6,39%** da arrecadação municipal do exercício anterior obedecendo ao limite fixado no inciso I do art.29-A da CR com redação dada pelo art. 2º da EC 58/2009, fls. 05v;

- **Ações e Serviços Públicos de Saúde:** aplicou o correspondente a **19,60%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 77, inciso III do ADCT, com redação dada pelo art. 7º da EC n. 29/2000, fl. 07v a 09;

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 1855871

TRIBUNAL DE CONTAS MINAS GERAIS fl. ____

- **Despesas com Pessoal:** gastou o correspondente a **54,01%** da Receita Corrente Líquida, situando-se dentro do percentual máximo de 60% fixado pelo inciso III do art. 19 da Lei n. 101/2000, fl. 09v a 10v, sendo:
  - dispêndio do Executivo: **50,11%** conforme alínea *b*, inciso III, do art. 20 da Lei n. 101/2000;
  - dispêndio do Legislativo: **3,90%,** conforme alínea *a*, inciso III, do art. 20 da Lei n. 101/2000.

III – CONCLUSÃO

Considerando as informações contidas nestes autos, **voto** pela emissão do parecer prévio pela **rejeição** das contas anuais do exercício de **2015** do **Sr. José de Oliveira Filho**, Prefeito de **Capitão Andrade** à época, embasando-me no art. 45, III, da Lei Complementar Estadual n. 102/08 em razão da aplicação de **24,76%** dos impostos e transferências na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, em desacordo ao art. 212 da CR/88.

Por oportuno, reafirmo ao atual Chefe do Poder Executivo sobre a necessidade de cumprimento das metas 1, 9 e 18 do PNE - Plano Nacional de Educação referentes à universalização do acesso à educação infantil na pré-escola, à elevação da taxa de alfabetização e à implementação de planos de carreira para os profissionais da educação, em consonância com o piso salarial nacional, como também da necessidade de compatibilização das peças orçamentárias com as metas aquele programa, conforme previsto no art. 10 da Lei Federal n. 13.005/2014.

Transcorrido o prazo definido no art. 350 da Res. 12/2008, sem manifestação do responsável ou mantida a rejeição das contas, após eventual interposição de pedido de reexame, encaminhe-se cópia desta deliberação ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para medidas legais cabíveis.

Intime-se da decisão por via postal a parte e o atual prefeito.

Observadas as disposições contidas no art. 239 do RITCEMG e manifestando-se o MPTC no sentido de que o Legislativo Municipal cumpriu a legislação aplicável ao julgamento das contas, arquivem-se os autos conforme o disposto no art. 176, IV, da mesma norma regulamentar.

CONSELHEIRO PRESIDENTE MAURI TORRES:

Antes de colher o voto do Conselheiro Hamilton Coelho, tomei a liberdade de poder pedir vista.

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO HAMILTON COELHO:

Pois não, Excelência.

CONSELHEIRO PRESIDENTE MAURI TORRES:

CONCEDIDA VISTA AO CONSELHEIRO MAURI TORRES NO PROCESSO 987068.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 1855871

TRIBUNAL DE CONTAS fl. ____ MINAS GERAIS

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA SARA MEINBERG.)

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

39ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara – 18/12/2018

CONSELHEIRO PRESIDENTE MAURI TORRES:

RETORNO DE VISTA

I – RELATÓRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Capitão Andrade, relativa ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. José de Oliveira Filho, trazida à apreciação na sessão de 15/05/2018, da Primeira Câmara, de relatoria do Conselheiro Sebastião Helvécio.

O eminente Relator votou pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, tendo em vista que foi aplicado o índice de 24,76% na manutenção e desenvolvimento do ensino, aquém do mínimo de 25% legalmente exigido no artigo 212 da Constituição da República.

Na sequência, pedi vista dos autos para me aprofundar no exame da matéria, no caso concreto.

É, em síntese, o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a temática tratada nos autos, o art. 212 da Constituição da República, estatui:

> Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em sede de reexame, constato que a Unidade Técnica apurou, à fl. 35v, a aplicação de 24,76% da receita base de cálculo na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em desacordo com o mínimo de 25% exigido no art. 212 da CR/88 e nas Leis federais nºs 9.394/96 e 11.494/07.

No entanto, apesar da violação à norma constitucional, tendo em vista a irrelevância da diferença apurada – 0,24% – entendo concebível a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, segundo os quais a análise da periculosidade de cada caso concreto irá determinar um balanceamento entre o grau da lesão jurídica causada pela conduta ilícita do agente e a necessidade de intervenção do poder do Estado. Por meio desses princípios, defende-se que o direito deve atuar apenas nas situações nas quais é necessário proteger bens considerados importantes para a sociedade e muitas vezes, ainda que esteja configurado um fato ilícito, não havendo significativa lesão ou dano aos interesses sociais, não estará violado nenhum bem jurídico. Ainda, permite à Administração Pública ponderar a aplicação da norma jurídica no caso concreto e, por conseguinte, avaliar qual será a medida que irá atender, da melhor forma, o interesse público.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 1855871

TRIBUNAL DE CONTAS fl. ___ MINAS GERAIS

III – VOTO

Diante do exposto, peço vênia para divergir do voto apresentado pelo Relator e voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas prestadas pelo Sr. José de Oliveira Filho, Prefeito do Município de Capitão Andrade, relativas ao exercício de 2015, com fundamento no art. 240, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, nos termos da fundamentação.

CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO:

De acordo com o voto-vista.

CONSELHEIRO PRESIDENTE MAURI TORRES:

FICA APROVADO O VOTO-VISTA DO CONSELHEIRO MAURI TORRES, VENCIDO O CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA SARA MEINBERG.)

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por maioria de votos, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto divergente do Conselheiro Mauri Torres, em emitir **PARECER PRÉVIO** pela aprovação das contas prestadas pelo Sr. José de Oliveira Filho, Prefeito do Município de Capitão Andrade, relativas ao exercício de 2015, com fundamento no art. 240, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, nos termos da fundamentação. Vencido o Conselheiro Relator Sebastião Helvecio.

Plenário Governador Milton Campos, 18 de dezembro de 2018.

MAURI TORRES
Presidente e
prolator do voto vencedor

(*assinado digitalmente*)

fg

CERTIDÃO

Certifico que a **Ementa** desse **Parecer Prévio** foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de ___/___/_____, para ciência das partes.

Tribunal de Contas, ___/___/_____.

_____

Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 1855871